

## 2 Descrições definidas

### Sinopse

Ainda que a teoria referencial do significado não se aplique a todas as palavras, poder-se-ia pensar que se aplicaria pelo menos a termos singulares (termos que intentam referir indivíduos singulares, como os nomes próprios, pronomes e descrições definidas). Mas Gottlob Frege e Bertrand Russell argumentaram energicamente que as descrições definidas, pelo menos, não significam o que significam em virtude de denotar o que denotam. Ao invés, defendeu Bertrand Russell, uma frase que contém uma descrição definida, como “A mulher que vive ali é bioquímica,” só superficialmente tem uma forma de sujeito-predicado, sendo na verdade — logicamente — um trio de generalizações: é equivalente a “Pelo menos uma mulher vive ali, e no máximo uma mulher vive ali, e quem vive ali é bioquímica.”

Russell argumenta a favor da sua análise quer directamente quer mostrando que permite solucionar quatro ultrajantes quebra-cabeças lógicos: o problema da referência aparente de inexistentes, o problema dos existenciais negativos, o quebra-cabeças de Frege sobre a identidade e o problema da substituíbilidade.

Levantaram-se várias objecções à teoria das descrições de Russell. P. F. Strawson sublinhou que não se coaduna com os nossos hábitos linguísticos habituais: apesar de uma frase que tenha “o actual Rei de França” como sujeito pressupõe haver pelo menos um Rei de França, não é *falsa* se não houver qualquer Rei; ao invés, nesse caso não pode sequer ser usada para fazer uma afirmação apropriada, e por isso não tem valor de verdade. E a teoria de Russell ignora o facto de que a maior parte das descrições estão ligadas a um dado contexto, denotando um só objecto apenas num cenário local circunscrito (“Dá-me o livro que está em cima da mesa”). Strawson argumenta mais em geral que Russell trata as frases e as suas propriedades lógicas de uma maneira demasiado abstracta e celeste, esquecendo-se de como são realmente usadas por pessoas de carne e osso na prática conversacional concreta.

Keith Donnellan nota que mesmo tendo Russell razão quanto a alguns usos das descrições, ignorou um género comum de caso no qual uma descrição é usada “referencialmente,” para indicar apenas uma pessoa ou coisa particular, independentemente dos atributos desse referente.

Por fim, há outros usos das descrições, chamados “anafóricos,” que podem por em causa o tratamento russelliano.

### Termos singulares

Em português ou em qualquer outra linguagem natural, os dispositivos paradigmáticos de referência são *termos singulares*, expressões que intentam denotar ou designar pessoas, lugares e outros objectos particulares individuais (contrastando com os *termos gerais* como “cão” ou “castanho”

que se podem aplicar a mais de uma coisa). Os termos singulares incluem os nomes próprios (“Jane,” “Winston Churchill,” “Jacarta,” “7,” “15:17 horas”), descrições definidas (“a Rainha de Inglaterra,” “o gato que está no tapete,” “a penúltima reunião do departamento”), pronomes pessoais singulares (“tu,” “ela”), pronomes demonstrativos (“isto,” “aquilo”) e alguns outros.

Mesmo que a teoria referencial do significado não seja inteiramente verdadeira, é razoável ter a expectativa de que seja verdadeira com respeito aos termos singulares. Mas Gottlob Frege (1892<sup>a</sup>, 1892<sup>b</sup>) e, na sua esteira, Bertrand Russell (1905, 1918, 1919) mostraram definitivamente que a teoria não é verdadeira com respeito às descrições definidas, e levantaram sérias dúvidas se seria verdadeira com respeito a outros termos singulares comuns.

Frege e Russell apresentaram quatro quebra-cabeças sobre termos singulares, sendo que os primeiros três retomam objecções levantadas no capítulo 1 contra a teoria referencial do significado.

### *O PROBLEMA DOS INEXISTENTES APARENTES*

Considere-se o seguinte:

- 1) James Moriarty é calvo.

(O Professor Moriarty é o arqui-inimigo de Sherlock Holmes, sendo descrito de modo mais completo na história “O Problema Final,” de Conan Doyle.<sup>1</sup> O seguinte conjunto de afirmações é inconsistente (isto é, sob pena de se entrar em contradição, as afirmações não podem ser todas verdadeiras):

- J1. 1 é dotada de significado (significa algo, não é destituída de significado).
- J2. 1 é uma frase sujeito-predicado.
- J3. Uma frase sujeito-predicado é dotada de significado (apenas) em virtude de seleccionar uma coisa individual e de lhe atribuir uma propriedade qualquer.
- J4. O termo sujeito de 1 não selecciona ou denota algo existente.
- J5. Se 1 é dotada de significado apenas em virtude de seleccionar uma coisa e de lhe atribuir uma propriedade (J1, J2, J3) e se o termo sujeito de 1 não selecciona algo existente (J4), então ou 1 não é afinal dotada de significado (contrariamente ao que afirma J1) ou 1 selecciona uma coisa que *não* existe. *Mas:*
- J6. Uma “coisa inexistente” não existe.

O inconveniente é que todas as afirmações, de J1 a J6, parecem verdadeiras.

<sup>1</sup> *The Adventures of Sherlock Holmes*, Vol. I, org. E. W. Smith, Nova Iorque: Heritage Press, 1950. Um facto curioso sobre Moriarty é ter um irmão, um coronel do exército, também chamado James. (Se o leitor for um fã de Holmes e não sabia ainda disto, terá gosto em verificá-lo.) [*As Aventuras de Sherlock Holmes: Memórias*, trad. Maria Teresa Pinto Pereira, Mem Martins: Europa-América, 2001.]

### O PROBLEMA DAS EXISTENCIAIS NEGATIVAS

Este é um caso especial do quebra-cabeças anterior mas, como veremos, um caso exacerbado. Considere-se o seguinte:

- 2) Pégaso nunca existiu.

2 parece verdadeira e parece ser acerca da montada de Belerofonte, Pégaso. Mas se 2 é verdadeira, não pode ser acerca de Pégaso, pois não existe tal entidade para que 2 possa ser sobre isso. Analogamente, se 2 *for* acerca de Pégaso, então é falsa, pois Pégaso terá em algum sentido de existir.

Vale a pena atentar numa solução prévia para os problemas da referência aparente de inexistentes e das existenciais negativas, rejeitada por Frege e mais tarde ainda mais veementemente por Russell. J1 não é controversa; J2 parece óbvia; J4 é apenas um facto; e J5 é trivialmente verdadeira. Alexius Meinong (1904) deu o salto corajoso de negar J6, insistindo *à la* S. Anselmo que qualquer objecto possível de pensamento — até mesmo um objecto autocontraditório — tem um *ser* de um certo género, apesar de só algumas coisas terem a sorte de existir também na realidade. Moriarty tem um ser desse género e pode ser objecto de referência, apesar de — para sorte da Inglaterra e do mundo — não ter a propriedade de *existir*.<sup>2</sup>

Na posse dessa distinção inexplicada, Meinong podia lidar airosamente com as existenciais negativas em particular. Uma frase desse género diz, de uma entidade que (é claro) tem ser, que essa entidade carece de existência. Secretariat, Seabiscuit e Smarty Jones foram cavalos que existiam mas careciam de asas; Pégaso tinha asas mas não existia. Acontece.

Menos implausivelmente, o próprio Frege lidou com a Referência Aparente de Inexistentes rejeitando J3: postulou objectos abstractos a que chamou “sentidos” e argumentou que um termo singular é dotado de significado em virtude de ter um desses objectos além do seu referente — ou, no caso de um termo singular irreferencial, em vez de um referente.

As soluções de Frege para as Existenciais Negativas e para os outros dois problemas serão brevemente examinadas no próximo capítulo.

### OS QUEBRA-CABEÇAS DE FREGE SOBRE A IDENTIDADE

Uma afirmação de identidade como

- 3) Mark Twain é Samuel Langhorne Clemens

contém dois termos singulares, sendo que ambos (se a afirmação *for* verdadeira) seleccionam ou denotam a mesma pessoa ou coisa. Parece, então, que a afirmação diz simplesmente que essa pes-

<sup>2</sup> Foi ao argumentar que a existência é uma *perfeição*, em particular, que Anselmo pretendia provar a existência de Deus.

soa é idêntica a essa pessoa, que essa pessoa é idêntica a si mesma. Nesse caso, a afirmação é *trivial*; 3 não diz mais do que “Mark Twain é Mark Twain.” Contudo, 3 parece não ser trivial, por duas razões: primeiro, 3 é informativa, pois alguém pode aprender algo novo lendo-a (quer porque descobre a verdadeira identidade de Twain, quer porque descobre que Clemens era o famoso autor); segundo, 3 é *contingente*, como dizem os filósofos — o facto que 3 afirma poderia não ter ocorrido; a realidade poderia ter sido diferente. Assim, parece pelo menos um dos termos singulares que figuram em 3 tem de ter um tipo qualquer de significado para lá do seu referente, com o qual contribui para o significado geral da frase.

#### O PROBLEMA DA SUBSTITUIBILIDADE

A função de um termo singular é seleccionar uma coisa individual e introduzir essa coisa no discurso. Ainda que não se vá tão longe quanto a teoria referencial do significado, poder-se-á pensar que é em virtude desse papel denotativo que os termos singulares são de todo em todo dotados de significado. Logo, seria de esperar que quaisquer dois termos singulares que denotem uma e a mesma coisa fossem semanticamente equivalentes: poderíamos tomar qualquer frase que contenha um dos termos e fazer substituir o outro por esse sem mudar o significado ou pelo menos sem mudar o valor de verdade da frase. Mas considere-se o seguinte:

- 4) O Alberto acredita que Samuel Langhorne Clemens tinha menos de um metro e meio de altura.

Suponha-se que 4 é verdadeira. Ora, o Alberto não está ciente de que Clemens escreveu romances e histórias sob o nome literário de “Twain.” Não podemos fazer “Mark Twain” substituir “Samuel Langhorne Clemens” em 4 sem mudar o seu valor de verdade; o resultado é uma frase falsa, dado que (suponhamos) o Alberto viu uma fotografia de Twain e está convicto de que ele era de estatura mediana. Na terminologia de W. V. Quine (1960), a posição frásica ocupada pelo nome em 4 é referencialmente *opaca* — ou “opaca” apenas, para abreviar — em vez de ser referencialmente *transparente* (“opaca” quer dizer apenas que inserir um termo singular diferente na posição em causa pode mudar o valor de verdade dessa frase). O que causa a opacidade é a construção “acredita que,” dado que a frase “Samuel Langhorne Clemens tinha menos de um metro e meio de altura,” por si mesma, é transparente: se Clemens tinha menos de um metro e meio de altura, então é evidente que também Twain tinha menos de um metro e meio de altura, dado tratar-se da mesma pessoa.

#### A teoria das descrições de Russell

Russell formulou inicialmente os quatro quebra-cabeças em termos de descrições definidas e não de nomes próprios, porque estava interessado na lógica da palavra “o.” (“Pode parecer excessivo dedicar dois capítulos [de *Introdução à Filosofia Matemática*] a uma palavra, mas para o matemático filosófico é uma palavra de imensa importância: como o gramático de Browning com o enclítico

δε, eu daria a doutrina desta palavra se estivesse “morto da cintura para baixo” e não apenas preso”<sup>3</sup> (1919: 167).)

Russell argumentou com base nos quebra-cabeças, o que não é surpreendente, que as descrições definidas são dotadas de significados que ultrapassam os seus referentes e que contribuem para o significado geral da frase. A sua teoria das descrições, como tem desde então sido apelidada, assume a forma de uma *definição contextual* da palavra “o” tal como ocorre nas descrições definidas típicas. Isto é, em vez de definir a palavra explicitamente (como se faria para completar a fórmula “ $o =_{\text{def}} \dots$ ?”), Russell oferece uma receita para parafrasear tipos canónicos de frases completas que contêm “o,” de modo a exibir indirectamente o papel desempenhado por “o,” revelando aquilo a que chamava as “formas lógicas” das frases. (Russell não aborda os usos plurais de “o,” nem os seus usos genéricos, como “A baleia é um mamífero.” Note-se que se pode formar descrições definidas por meio de possessivos, por exemplo, como em “o meu irmão” ou “A sanduíche de salada de ovo da Doris,” que em inglês se exprimem sem artigos definidos.)<sup>\*</sup>

Eis a definição contextual de Russell de “o.” Tomemos uma frase paradigmática da forma “O F é G”:

- 5) O autor de *Waverley* era escocês.<sup>4</sup>

5 *parece* uma simples frase sujeito-predicado, referindo-se a um indivíduo (Sir Walter Scott) e predicando-lhe algo (ser escocês). Mas as aparências são enganadoras, afirma Russell. Note-se que o termo singular ostensivo, “O autor de *Waverley*,” contém a nossa problemática palavra “o” à frente de uma expressão *predicativa*, e note-se também que o significado dessa expressão desempenha um papel crucial na nossa capacidade para reconhecer ou seleccionar o seu referente; para encontrar o referente temos de procurar alguém que tenha realmente escrito *Waverley*. Russell sugere que “o” abrevia uma construção mais complexa que envolve o que lógicos e linguistas chamam *quantificadores*, palavras que quantificam termos gerais (“*todos* os adolescentes,” “*algumas* bananas,” “*seis* gansos,” “*a maior parte* dos polícias,” “*nenhumas* lâmpadas,” etc.). Na verdade, Russell pensa que, tomada no seu todo, 5 abrevia uma conjunção de três afirmações gerais quantificadas, nenhuma das quais faz referência a Scott em particular:

- 5a) Pelo menos uma pessoa escreveu *Waverley*.  
5b) No máximo uma pessoa escreveu *Waverley*.

<sup>3</sup> Não, desculpe, terá de obter esta história das biografias de Russell.

<sup>\*</sup> Note-se também que em português se usa os termos “o” e “a” não para exprimir uma descrição definida, mas apenas familiaridade, como quando dizemos que a Maria foi à praia, contrastando com a afirmação de que Ruth Barcan Marcus é uma filósofa importante. *N. do T.*

<sup>4</sup> Russell usou o termo *Scotch* em vez de *Scotish*. (Desde finais do séc. XX que *Scotch* é um tipo de *whisky*, na verdade o único tipo que pode escrever-se dessa forma em vez de se escrever *whiskey*.)

5c) Quem escreveu *Waverley* era escocês.

Cada uma das afirmações 5a-5c são intuitivamente necessárias para a verdade de 5. Se o autor de *Waverley* era escocês, então tal autor existiu; se houve mais de um autor, o “o” não devia ter sido usado; e se o autor era escocês, segue-se trivialmente que seja quem for que escreveu o romance também era escocês. E, tomadas em conjunto, 5a-5c parecem certamente suficientes para a verdade de 5. Assim, parece que estabelecemos um conjunto de condições individualmente necessárias e separadamente suficientes para 5; e isso é em si um argumento poderoso a favor da análise de Russell.

Na notação lógica canónica, faça-se *W* representar o predicado “... escreveu *Waverley*” e *S* representar “... era escocês.” Então, as três condições de Russell são as seguintes:

- a)  $(\exists x) Wx$
- b)  $(x)(Wx \rightarrow (y) (Wy \rightarrow y = x))$
- c)  $(x) Wx (Wx \rightarrow Sx)$

a-c são conjuntamente equivalentes a

- d)  $(\exists x) (Wx \& ((y) (Wy \rightarrow y = x) \& Sx))$

A posição de Russell é que d expressa correctamente a *forma lógica* de 5, contrastando com a sua forma gramatical. Já encontrámos um exemplo desta distinção, no capítulo 1, ilustrada pela frase “Ninguém viu o João.” Superficialmente, essa frase tem a mesma forma que “Eu vi a Marta” — sujeito + verbo transitivo + objecto. Contudo, as duas têm propriedades lógicas marcadamente diferentes. “Eu vi a Marta” implica que uma dada pessoa foi avistada, ao passo que “Ninguém viu o João” implica precisamente o oposto; é equivalente a “Não é verdade que o João foi avistado” e a “Não há alguém que tenha avistado o João.” Apesar de uma pessoa que começou a aprender português poder pensar o contrário, “ninguém” *não é realmente um termo singular*, mas antes um quantificador. Em notação lógica, fazendo *A* representar “viu” e “*j*” representar “João”, “Ninguém viu o João” exprime-se como  $\neg(\exists x)(Axj)$  ou, o que é equivalente,  $(x)\neg Axj$ , e as regras de inferência explícitas que regem esta notação formal explicam o comportamento lógico da frase portuguesa traduzida.

O mesmo acontece em 5, sustentou Russell, com o termo singular aparente: “O autor de *Waverley*” não é realmente (isto é, a nível da forma lógica) um termo singular de modo algum, mas uma abreviatura conveniente (ainda que enganadora) da estrutura quantificacional mais complicada apresentada em a-c. Como Russell afirma, o termo singular aparente “desaparece por análise.” Os nossos quebra-cabeças surgiram de facto de aplicar princípios sobre a referência singular a expressões que não são *realmente* termos singulares de modo algum, disfarçando-se apenas como tal.

Passemos agora aos quatro quebra-cabeças para mostrar as soluções de Russell uma a uma.

### REFERÊNCIA APARENTE A INEXISTENTES

Russell formulou o problema da referência aparente a inexistentes nos seguintes termos:

6) O actual rei de França é calvo.

Voltamo-nos, pois, para o conjunto inconsistente de afirmações que correspondem a J1-J6 acima, fazendo "6" substituir "1" e mudando as letras das afirmações para "K." (Assim, a afirmação K1 é "6 é dotada de significado (significa algo, não é destituída de significado)," K2 é "6 é uma frase sujeito-predicado," etc.)

Parafraseemos então 6 segundo o método anterior:

Pelo menos uma pessoa é actualmente rei de França [ou melhor, reina actualmente na França],

e

no máximo, uma pessoa é actualmente rei de França,

e

seja quem for presentemente rei de França é calvo.

Sem problemas. A primeira das três conjuntas anteriores é simplesmente falsa, dado ninguém reinar actualmente na França; assim, a própria 6 é falsa segundo a análise de Russell. Quando formulámos pela primeira vez o quebra-cabeças, parecia que teríamos de rejeitar J3/K3 ou (um ultraje) J6/K6, dado J2 parecer tão óbvia quanto as outras inegáveis afirmações J. Mas agora Russell nega engenhosamente a afirmação K2, "6 é uma frase sujeito-predicado," dado negar que "O actual rei de França" seja "realmente" um termo singular. Claro que 6 tem a forma sujeito-predicado no modo gramatical superficial. Mas note-se uma vez mais que as nossas três conjuntas são todas afirmações gerais, nenhuma mencionando qualquer indivíduo específico que corresponda ao alegado rei; "o rei" não surge na forma *lógica* como sujeito.

(Alternativa e menos dramaticamente, poderíamos manter K2, entendendo que alude à forma gramatical superficial, e rejeitar K3 com base na ideia de que uma frase que *superficialmente* é do tipo sujeito-predicado pode ser dotada de significado sem seleccionar qualquer indivíduo particular, pois abrevia um trio de afirmações puramente gerais.)

### EXISTENCIAIS NEGATIVAS

Apliquemos a análise de Russell a 7:

7) O actual rei de França não existe.

Ora, há uma paráfrase russelliana de 7 que a deixa tão anómala quanto parece ao ouvinte ingénuo. Trata-se da paráfrase que toma “existe” como um predicado comum, como “era escocês” ou “é calvo,” e entende que “não” modifica ou se aplica a esse predicado:

Pelo menos uma pessoa é actualmente rei de França,

e

no máximo uma pessoa é actualmente rei de França,

e

seja quem for presentemente rei de França não existe.

A anomalia é que a primeira conjunta assere a existência de um rei actual, ao passo que a terceira conjunta a nega. Não admira que 7 nos pareça esquisita. Para dar sentido a 7, não podemos pensar que “não” modifica o verbo “existe,” mas antes que se aplica ao resto de 7, deste modo:

Não: (O presente rei de França existe). [Isto é, é falso que: o presente rei de França exista],

que é obviamente o que quereria dizer alguém que proferisse 7 seriamente. Depois aplicamos o padrão de análise de Russell *dentro* do “não,” como se segue:

Não: (Pelo menos uma pessoa é actualmente rei de França, e no máximo uma pessoa é presentemente rei de França e seja quem for presentemente rei de França existe).

Em símbolos:

$$\sim(\exists x) (Rx \ \& \ ((y) (Rx \rightarrow y = x) \ \& \ Ex))$$

em que “E” representa “existe.” (Na verdade, “existe” é em si tratado como um quantificador na teoria lógica, e por isso  $(\exists z) (z = x)$  de substituir apropriadamente a conjunta  $Ex$ , o que é redundante.) O conteúdo intuitivo de 7 é apenas “Ninguém é sozinho rei de França,” ou “Ninguém sozinho reina na França,” e a paráfrase de Russell tem a virtude de ser precisamente equivalente a isso. Em lugar algum da análise de Russell seleccionamos um indivíduo para dizer que esse indivíduo não existe, de modo que o problema das existenciais negativas desaparece, pelo menos no caso das

descrições definidas.

Nesta compreensão preferencial de 7, a descrição ocorre no que Russell chama posição “secundária”; isto é, interpretámos os seus quantificadores “pelo menos,” “no máximo” e “seja quem for” de modo a ficarem dentro do “não.” A penúltima paráfrase, que preterimos, dava à descrição uma posição “primária,” colocando-a primeiro, na ordem lógica, com o “não” no seu interior e por ela regida. A uma distinção de significado deste tipo chama-se *distinção de âmbito*: na terminologia mais moderna, na leitura secundária os quantificadores têm um âmbito “curto,” ficando sob o âmbito de “não,” que assim tem âmbito longo; na leitura primária os quantificadores não ficam sob o âmbito de “não,” sendo o “não” que fica sob o âmbito dos quantificadores.

### *O QUEBRA-CABEÇAS DE FREGE*

Eis um exemplo com uma descrição definida:

8) A actual rainha de Inglaterra é [um e o mesmo indivíduo que] Elisabete Windsor.

O termo da esquerda é uma descrição definida, por isso eliminemo-la por paráfrase à maneira de Russell:

Pelo menos uma pessoa é actualmente rainha de Inglaterra [reina actualmente na Inglaterra],

e

no máximo uma pessoa é actualmente rainha de Inglaterra,

e

seja quem for que actualmente é rainha de Inglaterra é [um e o mesmo que] Elisabete Windsor.

Em símbolos:

$$(\exists x) (Rx \ \& \ ((y) (Ry \rightarrow y = x) \ \& \ x = e)).$$

Agora vemos facilmente por que razão a nossa afirmação de identidade original não é trivial. *Claro* que descobrimos algo quando ouvimos a paráfrase de Russell, algo de substancial sobre Elisabete e também sobre a actual rainha. E é claro que a frase de identidade é contingente, dado que outra pessoa qualquer poderia ter sido rainha (poderia até não haver rainha), Elisabete poderia ter fugido de casa para formar uma banda de *rock*, ou para fazer qualquer outra coisa, em vez de ser coroada. A teoria das descrições parece explicar correctamente o conteúdo intuitivo das afirmações de identidade. Note-se que, segundo a perspectiva de Russell, a afirmação só superficial-

mente é uma afirmação de *identidade*; na verdade é uma predicação, atribuindo uma propriedade relacional complexa a Elisabete. Isto deixa-nos com o problema de saber como uma afirmação de identidade *genuína* poderia ser simultaneamente verdadeira e informativa, o que abordaremos no capítulo 3.

### *SUBSTITUIBILIDADE*

Regressemos ao Alberto. Ele tem estado a estudar filosofia e:

- 9) O Alberto acredita que o autor de *O Nada e a Seridade* é um pensador profundo.

Ora, o Alberto não está ciente de que o autor de *O Nada e a Seridade* tem um segundo emprego clandestino no qual escreve pornografia barata e repugnante. Não podemos por isso fazer o termo “o autor de *Veterinárias Ardentes*” substituir “o autor de *O Nada e a Seridade*” em 9 sem mudar o seu valor de verdade; o resultado é uma frase falsa, dado que o Alberto acredita que o autor de *Veterinárias Ardentes* é um palerma tarado. (Receio que isto prova que o Alberto leu *Veterinárias Ardentes*.) A posição ocupada pela descrição definida em 9 é opaca.

Em 9, a descrição definida ocorre como parte do que o Alberto acredita, de modo que começamos a nossa paráfrase russelliana com “o Alberto acredita” e depois aplicamos o padrão de análise de Russell, dando à descrição uma ocorrência secundária ou âmbito curto:

O Alberto acredita no seguinte:

(pelo menos uma pessoa escreveu *Nada e Seridade*,

e

no máximo uma pessoa escreveu *Nada e Seridade*,

e

seja quem for que escreveu *Nada e Seridade* é um pensador profundo).

Esta é uma explicação bastante boa do que o Alberto acredita.<sup>5</sup> E agora é óbvio por que não

<sup>5</sup> Como é de esperar, há uma segunda maneira de aplicar a análise a 9, tal como houve duas maneiras de aplicar a 7, por podermos escolher onde pôr o “não.” A outra maneira é dar à descrição ocorrência primária ou âmbito longo com respeito a “O alberto acredita que.” A paráfrase russelliana seria então: “Pelo menos uma pessoa escreveu *O Nada e a Seridade*, e no máximo uma pessoa escreveu *O Nada e a Seridade*, e seja quem for que escreveu *O Nada e a Seridade* é tido pelo Alberto como um pensador profundo.” Nesta leitura, 9 assere uma relação de crença entre o Alberto e o nosso autor clandestino — a própria pessoa, independentemente de como o descrevemos — mas é excepcionalmente difícil de ouvir esta leitura, especialmente porque

podemos em 9 usar “o autor de *Veterinárias Ardentes*” como substituto, pois a análise correspondente da frase resultante é a seguinte:

O Alberto acredita no seguinte:

(Pelo menos uma pessoa escreveu *Veterinárias Ardentes*,

e

no máximo uma pessoa escreveu *Veterinárias Ardentes*,

e

seja quem for que escreveu *Veterinárias Ardentes* é um pensador profundo).

Dado que esta interpretação atribui uma crença completamente diferente ao Alberto, não é de espantar que seja falsa, apesar de 9 ser verdadeira. (Claro que a nível da forma lógica nada substituímos, pois os termos singulares “desapareceram por análise,” não estando já presentes para poderem ser substituídos.)

Os quatro quebra-cabeças tornam claro que as descrições definidas não se conectam ao mundo apenas por nomeação directa.<sup>6</sup> Mas precisamos de uma teoria positiva de como as descrições se conectam ao mundo. Russell forneceu uma teoria a favor da qual há belíssimos incentivos. Note-se que apesar de não se atribuir referentes às descrições definidas do mesmo modo que aos nomes, e apesar de não serem “realmente” termos singulares, de todo em todo, pretende-se mesmo assim que tenham indivíduos singulares que lhes respondam; quando uma descrição tem de facto o indivíduo que se pretende que lhe corresponda — isto é, quando existe realmente um único tal e tal — direi que a descrição tem *denotatum semântico* ou *referente semântico*. Mas a conexão entre uma descrição definida e o seu referente semântico é (do ponto de vista de Russell) muito menos directo do que a conexão entre um nome simples e o que seu titular.

quaisquer descrições com a mesma referência podem ser aí inseridas sem mudar o valor de verdade. O entendimento “secundário” de 9 é muito mais comum e natural.

<sup>6</sup> Russell acrescentou um quinto quebra-cabeças, a que podemos chamar *o problema do terceiro excluído*: nem 1, “O actual rei de França é calvo,” nem a sua negação aparente, “O actual rei de França não é calvo,” é verdadeira. Contudo, uma lei da lógica afirma que, dada uma frase e a sua negação, uma delas tem de ser verdadeira. (Russell acrescentou: dado parecer que o rei não é calvo nem deixa de sê-lo, “os hegelianos, que gostam muito de sínteses, concluirão provavelmente que usa peruca” (1905: 48).) Deixo ao leitor como exercício a resolução deste quinto quebra-cabeças, à luz dos tratamentos de Russell dos outros quatro.

## Objecções à teoria de Russell

Por mais esplêndido que seja o feito de Russell, levantaram-se várias objecções contra a teoria das descrições, principalmente formuladas por Strawson (1950). Antes de as examinarmos, note-se uma crítica importante que se poderá fazer neste momento, apesar de Russell se lhe ter rapidamente antecipado.

Quando formulei os quatro quebra-cabeças com que começámos, chamei-lhes quebra-cabeças “sobre termos singulares.” Desde então expus cada um deles usando exemplos com descrições definidas, usando a teoria das descrições de Russell para os anular. Mas os quebra-cabeças são realmente sobre todos e quaisquer termos singulares, e não apenas sobre descrições. Já usámos nomes próprios para referir aparentemente inexistentes, e poderíamos até usar pronomes (“tu,” proferido por Scrooge ao fantasma de Marley); o quebra-cabeças de Frege e da substituíbilidade emergem é claro com nomes próprios. Estes parecem constituir os mesmíssimos problemas do que os que Russell formulou em termos de descrições. Parece que Russell se perdeu pura e simplesmente pelo caminho, pois fez uma teoria que pela sua natureza se aplica apenas a uma subclasse muito especial de termos singulares, ao passo que uma solução adequada aos quebra-cabeças deveria generalizar-se.

A solução de Russell para este problema foi ainda mais engenhosa do que a própria teoria das descrições. Sinteticamente, consistiu em invocar outra distinção entre a aparência de superfície e a realidade lógica subjacente, e defender que aquilo a que comumente chamamos nomes próprios não o são realmente, sendo antes abreviaturas de descrições definidas. Mas só no próximo capítulo examinaremos esta tese.

A crítica de Strawson foi radical e penetrante. Na verdade, Russell e Strawson eram figuras de proa de duas abordagens muito diferentes ao estudo da linguagem (e, menos acentuadamente, de dois grandes sistemas rivais da filosofia do séc. XX), apesar de não entrarmos nessa questão até ao capítulo 6. Para preparar as coisas para as objecções de Strawson, farei apenas notar que ao passo que Russell pensava em termos de frases tomadas em abstracto como objectos em si, e das suas relações lógicas em particular, Strawson salientava o modo como os seres humanos em situações conversacionais concretas usam e reagem às frases. O artigo mais famoso de Russell (1905) chamava-se “On Denoting,” e nesse artigo a denotação é tomada como uma relação entre uma expressão, considerada em abstracção, e a coisa que é o referente ou *denotatum* da expressão. O título de Strawson era “On Referring,” que se pretendia irónico, pois Strawson não concebia a referência como uma relação abstracta entre uma expressão e uma coisa, mas como um *acto* executado por uma pessoa num dado momento e numa ocasião. Esta maneira de ver as coisas deu a Strawson uma perspectiva muitíssimo nova dos quatro problemas.

Strawson defende que as *expressões* não referem de todo em todo; as pessoas referem, usando expressões com esse propósito. Isto faz lembrar o lema da Associação Nacional Norte-Americana de Armas de Fogo: “São as pessoas que matam outras pessoas e não as armas.” Há certamente um sentido óbvio em que Strawson tem razão. Usando um dos seus exemplos, se eu escre-

ver “Esta vermelha é muito boa,” “Esta” nada refere — e nenhuma afirmação determinada se produziu — até eu fazer algo que a faça referir. Uma expressão só acabará por referir se eu a usar num contexto adequadamente preparado, de modo a referir uma coisa particular, ou uma pessoa. Mas isto é uma questão de usar a expressão, e quando a uso sou eu que estou a fazer referir, e não a expressão.

### OBJECÇÃO 1

Segundo Russell, a frase 6 (“O actual rei de França é calvo”) é *falsa* em virtude da inexistência de tal rei. Strawson faz notar que esse veredicto é implausível. Suponha-se que alguém chega ao pé de nós e profere 6. Será que quem a ouvisse reagiria dizendo “Isso é falso” ou “Discordo”? Certamente que não. Ao invés, sustenta Strawson, quem fala produziu apenas uma expressão ostensivamente referencial que não funcionou; quem fala foi pura e simplesmente mal sucedido, nada referiu, e por isso não fez uma afirmação completa. A sua elocução é certamente deficiente, mas não do mesmo modo que “A actual rainha da Inglaterra não tem filhos.” Não é uma elocução incorrecta mas antes abortiva; não tem sequer hipótese de ser falsa. Dado que nenhuma afirmação propriamente dita foi feita desde logo, segue-se que nada de verdadeiro *nem* de falso se disse. O interlocutor ou pura e simplesmente não compreenderia ou diria “Espera aí,” passando então a questionar a pressuposição da elocução (“Não compreendo o que estás a dizer; a França não tem qualquer rei”).<sup>7</sup> Consequentemente, Strawson resolve o problema da referência aparente de entidades inexistentes negando K3: 6 é dotada de significado dado ter um uso legítimo na linguagem, *podendo* ser usada para dizer coisas verdadeiras ou falsas se o mundo (ou os franceses) cooperar mais, mas não por ser bem-sucedida ao seleccionar uma coisa individual.

Russell concebia uma frase dotada de significado como uma frase que tem significado ou, usando as suas palavras, uma frase que exprime uma proposição. A forma lógica de uma frase, do seu ponto de vista, é na verdade a forma lógica da proposição que a frase exprime. Mas as proposições são, pela sua própria natureza, verdadeiras ou falsas. Strawson evita falar de “proposições,” e nega que as *frases* sejam coisas de um tipo que possam ser verdadeiras ou falsas. O que é dotado das propriedades da verdade e da falsidade são ao invés as afirmações feitas quando quem fala consegue dizer algo, e nem todo o acto de elocução é bem-sucedido desse modo, pois nem todas as frases dotadas de significado são sempre usadas para fazer uma afirmação.

Os russellianos têm uma resposta comum à objecção 1, mas depende de algumas noções que desenvolverei só no capítulo 13, de modo que vou protelar a discussão até então.

<sup>7</sup> Strawson vê que há excepções; ocasionalmente, uma frase contendo uma descrição irreferencial é inequivocamente falsa. Veja-se Neale (1990), Lasersohn (1993) e Yablo (2006).

## OBJECÇÃO 2

Strawson critica também a tese, que atribui a Russell, de que “parte do que [quem fala] estaria a asserir [ao proferir 6] seria que presentemente existe um e um só rei de França” (1950: 330). Essa tese é demasiado implausível, pois apesar de quem fala pressupor a existência de um e um só rei, isso não faz certamente parte do que essa pessoa asserir.

Mas isso é uma incompreensão: Russell não defendeu tal tese. Russell nada disse sobre actos de *asserção*. Talvez Strawson esteja a pressupor em nome de Russell que seja o que for que é logicamente implicado por uma frase é necessariamente asserido por quem profere essa frase. Mas este princípio é falso: se eu disser “O gordo do Toninho não consegue correr nem subir a uma árvore,” não estarei a *asserir* que o Toninho é gordo, apesar de a minha frase o implicar logicamente; se eu disser “O Toninho tem um metro e setenta,” não estarei a asserir que o Toninho mede mais de três quilómetros ou menos de vinte e oito quilómetros.

## OBJECÇÃO 3

Strawson faz notar que muitas descrições dependem do contexto. O exemplo de Strawson é o seguinte:

10) A mesa está cheia de livros.

Presumivelmente, o termo sujeito é uma descrição definida, usada de um modo comum, e não de um modo diferente ou pouco habitual. Mas se aplicarmos a análise de Russell obtemos “Pelo menos uma coisa é uma mesa e no máximo uma coisa é uma mesa e seja o que for que é uma mesa está cheia de livros” — o que implica, pela segunda conjunta, que no máximo há uma só mesa em todo o universo. *Isto* não pode ser afastado com um encolher de ombros. Por mais que isso o contrarie, Russell terá de dar atenção ao contexto da elocução.

Russell tem várias opções. Afinal, Strawson não tem o monopólio do facto de que quando alguém diz “A mesa,” os interlocutores sabem geralmente de que mesa se está a falar, pois algo no contexto a realçou. Pode ser a única mesa à vista, ou a única na sala, ou a mesa de que acabámos de falar. Russell pode dizer que ocorre aqui uma elipse; que, no contexto, “A mesa” *abrevia* uma descrição mais elaborada que é satisfeita univocamente. (Como veremos no próximo capítulo, Russell não se opunha à hipótese da elipse.)

A perspectiva da elipse tem algumas implicações perturbadoras. Russell pensa que a forma lógica é objectivamente real — que as frases têm mesmo as formas lógicas por si postuladas. Assim, se “A mesa” é uma elipse, tem de haver uma resposta determinada à pergunta “É uma elipse do quê?” E a resposta será importante porque 10 dirá coisas completamente diferentes em função do candidato que se escolher. Se dissermos que “A mesa” quer dizer a mesa desta sala, então introduzimos o conceito “sala,” e interpretámos 10 de um modo que é literalmente sobre uma sala, tendo, na verdade, o predicado “sala” escondido na sua estrutura lógica subjacente.

Talvez uma abordagem melhor seja apelar à *quantificação restringida* (como em Lycan 1984 e Neale 1990). Dizemos muitas vezes coisas como “Toda a gente gosta dela,” não querendo falar de todas as pessoas do universo, mas de todas as pessoas num certo círculo social indicado contextualmente. Ou “Já ninguém vai a esse restaurante,” que é improvável que queira dizer que nenhum ser humano em absoluto vai lá; é mais comum que queira apenas falar de pessoas do nosso género (seja ele qual for).<sup>8</sup> O que os lógicos chamam os *domínios* que estão sob o âmbito dos quantificadores não têm de ser universais, sendo antes muitas vezes classes particulares aproximadamente pressupostas no contexto. Na verdade (e isto é algo que o leitor pode verificar), praticamente toda a quantificação que ocorre em português foi restringida: “Para mim a *pizza* pode ser com qualquer coisa,” “Não há cerveja,” ou até “Não trocaria este carro por coisa alguma deste mundo.”

É claro que a análise russelliana habitual começa com um quantificador: “Pelo menos uma coisa é uma mesa...” Consideremos simplesmente que o quantificador foi apropriadamente restringido. A mesma restrição aplicar-se-á a “no máximo uma coisa,” e por isso perde-se a implicação indesejada de que há no máximo uma mesa no universo; 10 implicará agora apenas que há no máximo uma mesa do género contextualmente indicado, o que não levanta problemas.

O apelo da quantificação restringida difere da hipótese da elipse por não exigir que em 10 se mencione clandestinamente materiais conceptuais explícitos. A restrição do quantificador é mais parecido a um pronome demonstrativo silencioso: “No máximo uma mesa *desse* género,” em que o contexto fixa a referência do termo “desse.” Assim, parece que resolvemos o problema da mesa por Russell.

Mas há mais casos problemáticos exasperantes. Considere-se o seguinte:

11) Se um bispo encontra outro, o bispo abençoa esse outro. (Heim 1990)

Para mais exemplos veja-se Reimer (1992), Stanley e Szabó (2000), Ludlow e Segal (2004) e Lepore (2004).

Além disso, há ainda um problema geral de como os quantificadores ficam restringidos pelo contexto, o que determina exactamente os domínios restritos (que são quase sempre demasiado vagos para serem úteis), e como raio os interlocutores identificam os domínios certos tão depressa e sem esforço. Mas esse problema geral é algo que temos em qualquer caso; não é uma objecção especial à teoria das descrições de Russell.

Faço uma pausa para oferecer uma refutação parcial da noção de Strawson de que são as pessoas que referem e não as expressões. Relembre-se o lema da Associação Nacional Norte-Americana de Armas de Fogo: “São as pessoas que matam outras pessoas e não as armas.” Uma resposta apropriada é esta: “Sim, mas as pessoas matam muito mais fácil e eficientemente se usarem armas,” e há um sentido perfeitamente bom em que a arma matou realmente a vítima. Assim,

<sup>8</sup> G. K. Chesterton baseia inteiramente neste fenómeno uma das suas histórias de mistério do Padre Brown, “O Homem Invisível.”

há pelo menos um sentido secundário no qual as expressões referem. Nada absolutamente há de errado em dizer que, num contexto particular, a expressão “A mesa” refere a peça de mobiliário proeminente. Além disso, já introduzimos a noção de “referente semântico” de uma descrição: no contexto, recorde-se, o referente semântico de uma descrição é o objecto (se houver algum), seja ele qual for, que de facto satisfaz univocamente a descrição.

Note-se que também Russell objecta a que se fale do referente de uma descrição. Russell quer insistir que as descrições não são na verdade, de modo algum, expressões referenciais; uma frase que contenha uma descrição abrevia imenso material quantificacional inteiramente geral e que não é sobre alguém em particular. Mas a minha noção de um referente semântico aplica-se igualmente contra Russell neste aspecto. Há pelo menos esse sentido secundário no qual uma descrição pode ter um referente. E para um russelliano é perfeitamente inócuo conceder que as descrições definidas referem realmente, desde que tenha em conta que não o fazem directamente, do modo como podemos pensar que os nomes próprios referem.

Volto-me agora para uma objecção apresentada por Keith Donnellan (1966).

#### OBJECÇÃO 4

Donnellan reparou em casos nos quais parece que realmente usamos descrições definidas como se fossem apenas etiquetas ou nomes, unicamente para referir indivíduos. E em tais casos a análise russelliana não capta o que parece estar a ser dito quando as frases relevantes são proferidas.

Apesar de Donnellan pretender que o seu artigo é modestamente um juízo sobre a disputa Russell-Strawson, a sua ideia sagaz tem uma aplicação mais lata, e eu vou expô-la nos seus próprios termos.

#### A DISTINÇÃO DE DONNELLAN

Donnellan chamou a atenção para o que chamou o *uso referencial* de uma descrição definida, em contraste com o seu *uso atributivo*. O tipo mais óbvio de uso referencial é quando uma descrição ganha letras maiúsculas e é na verdade usada como título. Um exemplo clássico é “O Santo Império Romano,” cujo referente, como Voltaire observou, não era santo, nem romano, nem um império. Ou “The Grateful Dead,” que é o nome de uma banda de *rock*; as frases que contenham este título não querem dizer que pelo menos uma coisa é um morto grato e...

Russell poderia retorquir com toda a justiça que, como mostram as letras maiúsculas, estes títulos não estão a ser usados de modo algum como descrições, mas (é claro) como *títulos* aglutinados. “O Cisne” é o nome de uma peça instrumental de Saint-Saëns, e as frases que contêm esse título são sobre música e não aves aquáticas. Mas Donnellan mostra que há casos menos formais nos quais usamos descrições unicamente para dar atenção a um indivíduo particular independentemente dos atributos dessa pessoa ou coisa.

Para efeitos de contraste, eis um exemplo russelliano comum. Descobrimos o corpo do Silva, vítima de homicídio e eu digo

## 12) O homicida do Silva é louco

querendo dizer que quem cometeu este terrível crime é louco. Donnellan não se opõe neste caso a Russell; este é o que Donnellan chama o uso atributivo da descrição.

Mas suponha-se em vez disso que não vimos o corpo e que não temos qualquer outro conhecimento directo do caso; o Jonas foi preso e acusado de homicídio e estamos a assistir ao julgamento. A argumentação da acusação é excelente, e estamos privadamente a pressupor que o Jonas é culpado; além disso, o Jonas está a agitar os olhos e a salivar como um homicida. Neste contexto, eu afirmo também 12, “O homicida do Silva é louco.” Mas neste contexto estou apenas a usar a expressão “O homicida do Silva” para referir a pessoa que estamos a ver, o réu, independentemente dos seus atributos. Além disso, o que eu afirmo é verdade se, e só se, o réu é louco, independentemente de ter ou não cometido o homicídio. É a isto que Donnellan chama o uso referencial.

A objecção de Donnellan à teoria das descrições é apenas que a teoria não deu atenção ao uso referencial; Russell escreve como se todas as descrições fossem usadas atributivamente. Mas, contra Strawson, Donnellan lamenta que também este filósofo não tenha visto o uso atributivo, escrevendo como se todas as descrições fossem usadas referencialmente, num contexto, para chamar a atenção de alguém para uma pessoa, lugar ou coisa particular. Assim, tanto Strawson como Russell estavam enganados ao pensar que as descrições definidas funcionam sempre de uma dada maneira, pois existe uma ambiguidade que nenhum deles reconhece. Donnellan não toma posição quanto ao tipo de ambiguidade em causa; em particular, não tenta decidir se a frase 12 em si tem dois significados diferentes que expliquem os “usos” evidentemente distintos da descrição.

Donnellan dá várias caracterizações informais do novo uso referencial: “Quem usa uma descrição definida referencialmente numa asserção [...] usa a descrição para permitir que a sua audiência estabeleça de quem está a falar, ou do quê” (p. 285). A descrição não “ocorre essencialmente,” sendo “meramente um instrumento para desempenhar uma dada tarefa — chamar a atenção para uma pessoa ou coisa — e em geral poder-se-ia usar qualquer outro dispositivo que desempenhasse a mesma tarefa, outra descrição, ou um nome” (*ibid.*). “Temos a expectativa e a intenção de que a nossa audiência fique ciente de quem temos em mente [...] e, mais importante, que saiba que é acerca dessa pessoa que vamos dizer algo” (pp. 285-286). Tudo isto parece claramente correcto, no caso do “homicida do Silva.”<sup>9</sup>

Contudo, Donnellan acrescenta uma caracterização complementar: no uso atributivo de “O

<sup>9</sup> Na verdade, as caracterizações de Donnellan não se ajustam perfeitamente entre si. Por exemplo, mesmo no caso referencial que Donnellan tem em mente, nem sempre “temos a expectativa e a intenção de que a nossa audiência fique ciente de quem temos em mente e, mais importante, que saiba que é acerca dessa pessoa que vamos dizer algo,” pois posso dizer apenas para mim mesmo “O homicida do Silva é louco,” sem ter qualquer expectativa ou intenção de que alguém se dê conta de seja o que for. A “distinção de Donnellan” parece uma família de distinções relacionadas mas distintas; os comentadores tentaram resolver este imbróglio (por exemplo, Searle 1989b; Bertolet 1980; Devitt 1981b).

$\phi$  é Y," "se nada é o  $\phi$ , então de nada se disse que é Y," ao passo que no uso referencial "o facto de nada ser o  $\phi$  não tem esta consequência" (p. 287). Donnellan toma este aspecto de Linsky (1963), que oferece um exemplo de alguém (talvez numa festa) que observa uma mulher e o seu acompanhante e diz: "O marido dela dá-lhe muita atenção." Donnellan e Linsky concordam que mesmo que a mulher não seja de facto casada, é o seu acompanhante que é referido, e que o que é dito é que essa pessoa lhe dá muita atenção, independentemente de ser ou não o marido dela. Deste ponto de vista, o referente real difere daquilo a que chamei o referente semântico, não havendo neste exemplo de Linsky qualquer referente semântico.

Ou suponha-se que no caso do Silva, contra todos os indícios, o Jones está inocente; o Silva cometeu suicídio e não há qualquer homicida. (Ou talvez o Silva não esteja sequer morto, tendo permanecido num estado de animação suspensa profunda.) Intuitivamente, sustenta Donnellan, isso não muda o que eu disse. E o que eu disse é verdadeiro se, e só se, o Jonas é louco, independentemente de não existir qualquer homicida. Donnellan dá o exemplo complementar de um conviva numa festa que vê uma pessoa com um ar interessante a bebericar algo de um copo de martini; o conviva pergunta "Quem é o homem que está a beber um martini?" Na verdade, o copo tem água apenas mas, sustenta Donnellan, a pergunta do conviva é sobre o homem com um ar interessante, e não (digamos) sobre Dino, que está na sala de bilhar, e que na verdade é o único homem na festa que está a beber um martini.

Exemplos como este, a que por vezes se chama casos de "quase insucesso," são objecto de disputa. Seguindo Grice (1957) e desprezando Strawson, Kripke (1979<sup>3</sup>) distingue entre o que uma expressão linguística em si mesma significa ou refere e o que quem fala quer dizer ou refere ao usar a expressão. Por exemplo, tomada literalmente, a frase "O Alberto é muito elegante" significa que o Alberto é muito elegante, mas pode ser usada sarcasticamente para dizer que o Alberto é um lorpa repugnante. (Teremos mais a dizer sobre as disparidades entre o significado de quem fala e o significado literal da expressão nos capítulos 7 e 13.) Do mesmo modo, posso dizer "O homicida do Silva," expressão que, tomada literalmente, quer dizer seja quem for que matou o Silva, e querer honestamente com isso falar do réu Jonas e ser correctamente entendido desse modo. No exemplo de Linsky, quem fala quer dizer o acompanhante da senhora, mas a expressão "O marido dela," segundo as regras do português, significa seja quem for que está casado com ela (se houver alguém); o conviva da festa de Donnellan quer obviamente falar do homem com um ar interessante, apesar de a expressão "o homem que está a beber um martini" significar literalmente o homem, seja ele qual for, que está de facto a beber um martini. Nos casos de "quase insucesso," quem fala quer dizer o que Donnellan diz que quer dizer, e quer dizer coisas verdadeiras, mas (como acontece com "O Alberto é muito elegante") fá-lo proferindo frases que são de facto falsas.

Definamos agora um pouco mais tecnicamente a noção de *referência de quem fala*, para a contrastar com a referência semântica. O referente de quem fala ou profere uma descrição numa ocasião do seu uso é o objecto, se algum houver, para o qual quem fala ou usou a descrição tenciona chamar a atenção da sua audiência. (O referente de quem fala é o objecto que quem profere

algo tem em vista.)

Felizmente, a *comunicação* ocorre com o significado e a referência de quem fala: se eu quero dizer (significado de quem fala) Jonas quando digo “O homicida do Silva” e o leitor pensa que eu quero falar do Jonas e entende que eu afirmei que Jonas é louco, então o leitor compreendeu-me correctamente e a comunicação foi bem-sucedida; não importa que a frase que proferi era falsa segundo o seu significado literal, tal como não importa que “O Alberto é muito elegante” seja literalmente falsa.

Assim, segundo Kripke, Donnellan não mostrou que uma frase que contém uma descrição definida pode ser verdadeira ainda que nada (ou algo sem relação) seja o referente semântico da descrição.

Ainda que Kripke tenha razão quanto aos exemplos de quase insucesso, é importante manter uma versão da distinção de Donnellan. A distinção é amplamente ilustrada pelo exemplo original do homicida do Silva, entre outros, ainda que Donnellan não tenha razão quanto aos significados e valores de verdade das frases de quase insucesso. O artigo de Donnellan levanta a questão de especificar as circunstâncias sob as quais se é bem-sucedido ao referir, usando uma descrição, a pessoa ou coisa que se tem a intenção de referir, e mostrou que isto nem sempre acontece por força do referente semântico. Além disso, a distinção é inequivocamente importante para o valor de verdade das frases que incluem descrições em orações de certos tipos. Suponha-se que eu dizia:

13) Sei que isso é verdade porque o ouvi da médica local.

O leitor poderia perguntar-me: “Porque ela é médica e isto é uma questão médica, ou antes porque o ouviste *dela* e ela é também uma autoridade em criminologia?” O valor de verdade de 13 pode depender de “a médica local” ser usada atributiva ou referencialmente. Considere-se alternativamente outro exemplo:

14) Quem me dera que o marido dela não fosse o marido dela.

A leitura mais natural de 14 é tomar a primeira ocorrência da descrição referencialmente e a segunda atributivamente; o desejo de quem fala é que o homem em questão não fosse casado com a mulher em causa. Mas 14 tem várias outras leituras, dependendo do modo como as descrições são tomadas, apesar de serem bastante tontas.

À luz da distinção de Kripke entre o referente de quem fala ou profere algo e o referente semântico, poder-se-á ser tentado a excluir simplesmente a questão de Donnellan por ser meramente verbal, defendendo-se que a teoria das descrições está mesmo assim correcta enquanto explicação dos valores de verdade das frases tomadas literalmente, ao passo que Donnellan tem muitas vezes razão quanto ao referente e ao significado de quem fala. Mas a ambiguidade de frases como 13 e 14 parece continuar a escapar à análise de Russell.<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Um russelliano renitente poderá tentar explicar as ambiguidades em termos das ambiguidades de 7

Além disso, ainda que tenhamos sido persuadidos por Kripke e tenhamos descontado os exemplos de quase insucesso, continua a ser controverso se, no caso referencial, o referente *efectivo* é sempre o referente de quem fala. Note-se que esta questão pressupõe uma terceira noção, referente “efectivo,” que é conceptualmente distinta das outras duas. O que se tem em mente com esta noção é que o referente efectivo é o objecto *acerca* do qual quem fala consegue fazer uma afirmação (ou uma pergunta, ou dar uma ordem, etc.), deixando-se em aberto se isto tem ou não correspondência com a interpretação semântica literal da frase proferida. (É claro, se a teoria das descrições estiver correcta, ou o referente efectivo é sempre o referente semântico ou, dado que segundo Russell as descrições definidas não referem de facto de modo algum, não há qualquer referente efectivo.)

MacKay (1968) argumenta que em alguns casos, mesmo que nos enganemos ao falar, o referente efectivo pode ser o semântico e não o de quem fala. Suponha-se que está uma pedra e um livro em cima da mesa e, querendo que o leitor me traga o livro, atrapalho-me ao falar e digo “Dá-me aí a pedra que está em cima da mesa,” usando “a pedra” referencialmente mas querendo com isso referir o livro, pedi mesmo assim ao leitor que me dê a pedra, e o leitor não estaria a atender ao meu pedido se me trouxesse o livro.

Ou suponha-se que lhe digo “Aposto cinco euros que o glorioso vencedor [de uma competição automóvel] tem mais de quarenta anos.” Estou a usar “o glorioso vencedor” referencialmente, pensando em Dale Earnhart, plenamente confiante de que a corrida está ganha, e tenho-o perfeitamente em mente, incluindo até uma inequívoca imagem mental de Dale. Mas, apesar de ele ter cortado a meta em primeiro lugar, na verdade não venceu a corrida; em virtude de uma questão técnica pouco conhecida, fica em segundo lugar, atrás de Fat Freddy Phreak, que anda outra vez à solta e entrou na competição à última da hora. Fat Freddy tem apenas vinte e dois anos. Eu devolho cinco euros.

MacKay faz notar a questão geral de que as intenções de quem fala podem ser arbitrariamente loucas. Suponha-se que formei a crença tresloucada de que Keith Donnellan é o filho ilegítimo do Pai Natal e da Margaret Thatcher. Usando a descrição referencialmente, digo: “O bastardo natalício da Thatcher escreveu um artigo clássico sobre as descrições.” Se o leitor conhecer as minhas crenças bizarras suficientemente bem, conseguirá seleccionar o indivíduo certo e compreenderá o que quero dizer, mas ninguém pode descrever-me correctamente afirmando que *Lycan disse* que Keith Donnellan escreveu o artigo clássico.

Deve questionar-se se há qualquer noção correctamente distinta de um “referente efectivo.” O conceito de referente semântico é claro, e a teoria da comunicação exige o mesmo do referente de quem fala, mas talvez a ideia de um “referente efectivo” seja apenas uma confusão dos dois baseada na nossa incapacidade para ver a diferença entre a semântica literal da frase e a teo-

e 9, resultando de se aplicar a análise de Russell dentro ou fora de “porque” e “quem me dera,” respectivamente. Tente fazê-lo.

ria da comunicação. Teríamos então de explicar de modo a eliminar o facto de termos intuições sobre “referentes efectivos” em casos como alguns dos anteriores. Kripke segue aproximadamente esta linha, usando uma ideia de Grice que discutiremos no capítulo 13.

### ANÁFORA

Tem de se mencionar uma objecção final à teoria das descrições. Como fizemos notar, Russell ocupa-se apenas do que considera o uso central de “o,” e dispensa a teoria de ter de explicar os usos plurais ou o uso genérico. Poder-se-á pensar que não se deve estragar assim indefinidamente com mimos uma teoria das descrições definidas. Mas em qualquer caso Russell não menciona os usos anafóricos, e tem-se questionado por que não se deveria exigir à teoria que os abranja, dado que ao contrário dos usos plurais e genéricos, as descrições anafóricas são ostensivamente expressões singulares referenciais.

Em geral, uma expressão *anafórica* recebe o seu significado de outra expressão, a sua *antecedente*, que habitualmente, mas nem sempre, ocorre na frase numa posição anterior, ou numa frase anterior. Por exemplo, na frase

15) O homem que vivia ao voltar da esquina era excêntrico. Costumava lanchar alcaçuz.

o pronome elidido<sup>\*</sup> da segunda frase refere-se ao homem que vivia ao voltar da esquina. Geach (1962) chamou a tal termo “pronome preguiçoso” e sugeriu que se limita a abreviar uma repetição *ipsis verbis* da expressão anterior, de modo que a segunda oração de 15 é precisamente equivalente a “O homem que vivia ao voltar da esquina costumava lanchar alcaçuz.” A sugestão de Geach é apenas uma de entre várias teorias dos pronomes anafóricos, mas a ideia geral é que o pronome tem o referente que tem apenas em virtude da sua relação com a expressão antecedente.

Se Geach tiver razão, 15 não levanta qualquer problema à teoria das descrições; a sua segunda oração seria analisada do modo habitual e essa análise parece pelo menos tão correcta quanto outras paráfrases russellianas centrais. Mas, como Evans (1977) faz notar, um tratamento paralelo é im procedente quando a antecedente é uma expressão quantificadora ou uma descrição indefinida:

16) Só uma tartaruga descia a rua. Corria como se fosse perseguida por um maníaco.

17) Um coelho apareceu no nosso jardim depois do jantar. Parecia perfeitamente descontraído.

<sup>\*</sup> Ao contrário do inglês, em português é comum elidir o pronome em muitas circunstâncias, incluindo quando usamos descrições, definidas ou indefinidas, em parte porque se trata de uma língua com mais declinações do que o inglês. Por exemplo, em português podemos escrever ou dizer “Tens razão,” sem necessidade de incluir o pronome, mas em inglês não tem sentido escrever ou dizer apenas “Are right,” elidindo o pronome. Nada de filosoficamente substancial parece estar associado a esta elisão estilística, contudo, pelo que não forçámos o uso explícito dos pronomes, tal como ocorrem no original inglês. *N. do T.*

A segunda oração de 16 não é equivalente a “Só uma tartaruga corria como se fosse perseguida...,” porque esta frase poderia ser falsa quando 16 é verdadeira (a nossa tartaruga de estimação, que está na sala de jantar, tal como nós, poderia também ter estado a correr). E a segunda oração de 17 não é equivalente a “Um coelho parecia perfeitamente descontraído,” pois essa paráfrase não dá conta do facto de o pronome elidido original se referir a um coelho particular que apareceu no jardim.

Russell pode com toda a justiça contrapor que ofereceu uma teoria das descrições definidas, e nem 16 nem 17 contêm tal coisa. Mas se os pronomes elididos de 16 e 17 não forem preguiçosos, por que havemos de pensar que o de 15 o é? Além disso, as próprias descrições definidas podem ser anáforas:

18) Só uma tartaruga descia a rua. A tartaruga corria como se fosse perseguida por um maniaco.

19) Um coelho apareceu no nosso jardim depois do jantar. O coelho parecia perfeitamente descontraído.

É bastante plausível entender que “A tartaruga” em 18 abrevia “A tartaruga *que descia a rua*,” caso em que 18 não ameaça a análise de Russell. Mas o mesmo não acontece com 19: se tentamos supor que “O coelho” abrevia “O coelho que apareceu no nosso jardim depois do jantar,” então pela cláusula habitual da univocidade, 19 implicaria que no máximo um coelho apareceu no jardim e — repare-se — 19 em si não implica isso, mas (dado a sua expressão de abertura ser apenas “*Um coelho*”) é logicamente consistente com a situação em que mais de um coelho apareceu no jardim. É verdade que quem profere 19 sugere de algum modo que havia apenas um coelho. Mas note-se que não seria contraditório proferir 19 e depois acrescentar: “Na verdade, apareceram vários coelhos, e nenhum deles parecia muito preocupado.”

Neale (1990) tentou acomodar a anáfora numa teoria russelliana conservadora; Heim (1990), Kamp e Reyle (1993) e outros argumentaram que é necessário um formato semântico mais lato. Mas não persisto neste tema.

Nos últimos anos surgiram algumas questões novas. Por exemplo, questionou-se se o uso de uma descrição definida realmente implica até mesmo a univocidade contextual (veja-se Szabó 2000, 2003; Abbott 2003).

Mais em geral, as relações entre as descrições definidas e as indefinidas têm sido objecto de escrutínio (Szabó 2000 uma vez mais; Ludlow e Segal 2004).

As descrições plurais têm sido investigadas por Sharvy (1980), Neale (1990) e Brogaard (2007), entre outros.

## Sumário

- Os termos singulares referem objectos individuais no mundo. Mas supor que só fazem isso conduz

a quebra-cabeças lógicos.

- Russell argumentou que as frases que contêm descrições definidas devem ser analisadas como tríades de afirmações gerais.
- Russell defendeu a sua teoria das descrições tanto directa quanto mostrando que permitia solucionar os quatro quebra-cabeças lógicos.
- Strawson argumenta que Russell vê as frases e as suas propriedades lógicas demasiado abstractamente, ignorando os seus usos conversacionais comuns por parte de pessoas reais na vida real.
- Em particular, Russell ignora o facto de as frases que contêm descrições indenotativas não serem consideradas falsas, mas antes destituídas de valor de verdade por violarem uma pressuposição. Além disso, Russell ignora as descrições que dependem de contextos.
- Donnellan chama a atenção para o uso referencial das descrições, também ignorado por Russell, e tenta, sem completo sucesso, distingui-lo do uso atributivo.
- Não é óbvio que a teoria de Russell possa acomodar os usos anafóricos das descrições.

## Questões

1. Dado (para efeitos de discussão) que a teoria das descrições é noutros aspectos plausível, está o leitor convencido do bom sucesso das soluções de Russell para os quatro quebra-cabeças?
2. Será a crítica de Strawson mais persuasiva do que concedi? Desenvolva-a mais contra Russell.
3. Em que medida prevê e explica a teoria correctamente todo o uso de “o” em português?
4. O que pensa da distinção de Donnellan? Poderemos torná-la mais precisa? Tente aprimorar o contraste intuitivo que está na base dessa distinção.
5. Dispute ou defenda qualquer dos juízos intuitivos interessantes de Donnellan sobre os “referentes efectivos” em hipotéticas situações discursivas particulares. Teça depois comentários sobre a importância, para o programa de Donnellan, da posição do leitor em tal caso.
6. Donnellan encara o seu artigo como uma contribuição para a disputa Russell-Strawson. Mas não diz grande coisa no artigo sobre os quatro quebra-cabeças com os quais todo problema começou. Será que a teoria de Donnellan, tal como o leitor a entende, resolve algum dos quatro quebra-cabeças?
7. Consegue alargar a teoria de Russell para abranger os nossos exemplos de anáfora? Haverá outros exemplos anafóricos que lhe levantam mais problemas?

## Leitura complementar

- Kaplan (1972) é uma exposição excelente e pormenorizada da teoria das descrições. Veja-se também Cartwright (1987) e Neale (1990). A revista *Mind* publicou um número especial inteiro (Vol. 144, Outubro de 2005) em honra dos cem anos de “On Denoting.”
- Russell (1957) responde à crítica de Strawson.
- Linsky (1967) passa muito bem em revista a disputa Russell-Strawson.
- Apesar do desprezo que Russell sentia pela perspectiva de Meinong, esta tem sido intrepidamente defendida por Routley *et al.* (1980) e Parsons (1980).
- Donnellan (1968) respondeu a MacKay. Donnellan (1979) é uma abordagem mais abrangente e inclui algumas questões da anáfora.

- Taylor (1998: cap. 2) passa em revista de modo mais completo mas ainda acessível os fenómenos da anáfora.
- Ostertag (1998) contém muitos artigos importantes sobre descrições definidas, tal como Bezuidenhout e Reimer (2004). Veja-se também Ludlow (2007), um excelente artigo de revisão.